

TEMPOS DA REDEMOCRATIZAÇÃO: CRISE E TRANSIÇÃO NA REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA - CEDEC (1978-1982)

Leonardo Martins Barbosa *

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a ação política pretendida por intelectuais atuantes no *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, e que se constrói em sua revista, intitulada *Revista de Cultura Contemporânea*, ou *Revista de Cultura Política*, como viria a ser chamada posteriormente. O instituto foi fundado em 1976 por intelectuais da USP e a revista publicada entre os anos de 1978 e 1982. Marcada pela experiência da *Abertura* política, dois conceitos se destacam em suas páginas: *crise* e *transição*. Entre greve do ABC paulista, no ano de 1978, e as eleições de 1982, ambos os conceitos adquirem um conteúdo semântico composto por um tempo acelerado em que surge a possibilidade de ruptura orientada pelo horizonte de uma nova e verdadeira democracia.

Palavras-chave: Redemocratização; CEDEC; transição; crise.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the political action intended by intellectuals from the *Contemporary Culture Studies Center*, built in its journal *Journal of Contemporary Culture*, or *Journal of Political Culture*, as it would later be called. The institute was founded in 1976 by intellectuals of the University of São Paulo and the journal published between the years of 1978 and 1982. Influenced by the political moment of the *Abertura* (political opening of the Brazilian authoritarian regime), two concepts gain relevance in its pages: *crise* (crisis) and *transição* (transition). Between the factory workers' strike in the suburbs of São Paulo, in 1978, and the elections of 1982, the semantics of the two concepts acquire the meaning of an accelerated time, in which emerges the possibility of rupture guided by the horizon of a new and true democracy.

Keywords: Re-democratization; CEDEC; transition; crisis.

1. O ano de 1978.

A história oferece alguma chance de ação. Há momentos de grandes revoluções em que aparentemente tudo é possível. E há outros momentos que não são de revolução, que são conjunturas difíceis em que alguma tentativa de ação é possível. Além de um certo ponto, definiu-se o quadro, acabou, não há mais o que fazer. Para a nossa geração acabou. Eu sei que a história continua. Eu sei que para outros haverá, mas não para mim. E estou raciocinando nestes termos: qual é a possibilidade da ação no presente? Neste presente eu vejo um desafio que, no mínimo, é preciso enfrentar. (WEFFORT, *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 2, 1979: 58-59).

Mesmo destituído de maior contextualização, o trecho transcrito deixa entrever a experiência de um tempo particular, dentro do qual é possível notar um sentimento de angústia que parece impelir o autor das frases à ação. Um pequeno espaço de tempo surge em que o homem torna-se capaz de imprimir na história uma nova marca, e, quem sabe, até mesmo uma nova trajetória. Esta constatação inicial é importante para que seja possível

compreender o sentido da criação do *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, o CEDEC, instituto responsável pela organização do evento onde as palavras acima foram proferidas.

O trecho em questão faz parte de um debate sobre crise política e institucional, realizado no instituto no dia 27 de abril de 1978 e registrado no segundo número da *Revista de Cultura Contemporânea*, revista organizada pelo próprio CEDEC e publicada pela editora *Paz e Terra* em janeiro de 1979. Nos meses que se interpõem entre o debate e a publicação da revista, ocorreram pelo menos dois episódios que provavelmente causaram impacto nos intelectuais que do evento haviam participado. Primeiro, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, ocorrida no dia 12 de maio de 1978; segundo, a revogação do Ato Institucional número 5, pelo general Ernesto Geisel logo antes de sua saída do Palácio do Planalto.

Não apenas o projeto de *Abertura* política que se inicia em 1974 tem no AI-5 um marco importante. Pouco mais de dez anos antes de 1979, o AI-5 caía como um raio em um agitado ano de 1968. O episódio teve consequências nas mais diversas áreas da vida social brasileira. O movimento sindical sofreria um jejum de dez anos até que outra greve de massa estourasse novamente em um importante centro industrial. Também o movimento estudantil sofreria forte baque. A possibilidade de refundação da UNE seria ventilada em 1977, durante um encontro da *Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ciência*, e só seria concretizada em 1979. A perseguição política também atingiu o pátio das universidades. A Universidade de São Paulo teve cerca de setenta professores compulsoriamente aposentados.

Nesta ocasião, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso acabava de retornar do exílio graças a um habeas corpus que o protegia contra o mandado de prisão que havia sido responsável pela sua saída do país. Assim que chegou, logrou passar em um concurso para ingressar no quadro docente da USP. Poucos meses depois, seria excluído da universidade por força do decreto-lei.

A trajetória de FHC ilustra bem o motivo pelo qual ganha força a idéia da criação de um instituto em que o trabalho acadêmico pudesse ser realizado com menor interferência do Estado. Em 1969, um grupo de intelectuais, dentre os quais muitos ex-professores da USP, fundam o *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento*, possível com o polêmico apoio financeiro da *Fundação Ford*. No CEBRAP, foi possível a consolidação de um círculo acadêmico que viria a ser conhecida como a *escola paulista* (MAIA, 2002). Além de FHC, circularam por lá intelectuais como Octavio Ianni, Florestan Fernandes, Juarez Brandão Lopes

e Paul Singer. Francisco de Oliveira, Bolivar Lamounier e, um pouco mais tarde, também José Serra e Pedro Malan.

Alguns anos mais tarde, em 1976, o *Centro de Estudos de Cultura Contemporânea*, o CEDEC, em 1976, seria fundado por um grupo de intelectuais com fortes relações com o CEBRAP. Presidido por Francisco Weffort, este espaço congregou outros intelectuais, sua grande maioria também ligados à USP. Em 1978, o instituto lança uma revista intitulada *Revista de Cultura Contemporânea*. O editorial de seu primeiro número ajuda compreender um pouco o sentido da fundação do CEDEC:

“O nosso ambiente de criação da cultura esteve quase sempre ligado à expansão das funções estatais contribuindo para favorecer um estilo de trabalho intelectual cujo protótipo em épocas mais recentes é o tecnocrata, reavivando as raízes autoritárias da tradição da cultura brasileira

“Cumpre, nos dias que correm, criar condições para o desenvolvimento de visão crítica do passado e do presente, reafirmando suas ligações com a perspectiva de democratização econômica, social e política de nosso país. Trata-se de incentivar o debate através do qual se possa afirmar a riqueza da pluralidade e da diversidade do pensamento, fundamental para o desenvolvimento político e cultural nacional. Trata-se de recuperar traços do desenvolvimento histórico da sociedade que a ótica autoritária sempre ajudou a desarticular, mas cuja potencialidade inovadora e crítica o quadro cultural brasileiro já anuncia.” (Revista de Cultura Contemporânea, 1978: Editorial).

O texto é assinado pela comissão editorial da Revista: Braz de Araújo - também coordenador da revista, Eduardo Kugelmas, Elifas Andreato, Fábio Munhoz, José Álvaro Moisés – orientando de Francisco Weffort e também jornalista responsável pela revista - Marilena Chauí, Perseu Abramo e Silvio Batusanchi. À exceção de Elifas Andreato, professor na escola de arte da USP e responsável pela edição artística da revista, todos os membros da comissão editorial são intelectuais ligados à ciência política ou à filosofia política, como é o caso de Marilena Chauí.

O propósito da revista, como é afirmado no editorial, é contribuir para um processo de democratização da sociedade brasileira, possuidora de forte marca autoritária que se manifesta, inclusive, em sua tradição cultural. Pensada a partir da composição do corpo editorial, a cultura em questão parece referir-se à produção intelectual brasileira, em especial a que tem na política seu tema principal. Esta produção, marcada no regime militar pela figura do tecnocrata, parece também lhe ser anterior, como deixa entrever o editorial. Dentre deste campo, o intuito da revista é trabalhar para que a direção histórica do desenvolvimento democrático da sociedade brasileira, tradicionalmente prejudicada pela expansão autoritária do Estado brasileiro em um processo que aparentemente é anterior à lógica intelectual

tecnocrata que hoje permeia o regime político. O objetivo de realizar uma ação política é claro, mas o tipo de ação que se pretende, não.

Afinal, intelectuais do CEBRAP já haviam se envolvido com política antes de 1976. Algumas vezes, inclusive, envolvimentos muito bem sucedidos. Após a forte repressão dos anos que se seguiram ao AI-5, as eleições de 1974 surgiram como uma rara possibilidade de manifestação política, dado o interesse do regime em dar ao processo eleitoral uma legitimidade que não iria, em princípio, colocar em risco sua estabilidade política. De fato, o resultado final não comprometeu a base política do governo em um primeiro momento, mas a espetacular vitória da oposição ligou sinais de alerta do regime.

O processo eleitoral adquiriu um caráter plebiscitário em que a aprovação do regime estava em jogo (ALVES, 1984). Para tanto, contribuiu uma pauta política que girava em torno da anistia política e da convocação de uma Assembléia Constituinte cujo objetivo era erguer um aparato político-institucional legítimo. Dessa forma, o debate do país não ficou restrito ao projeto de distensão que emergiria junto com o retorno dos castelistas ao núcleo duro do governo, em torno das figuras de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva (CRUZ; MARTINS, 1983).

Nesse mesmo ano, algum tempo antes das eleições, Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Gianotti, também do CEBRAP, foram convidados pelo deputado estadual gaúcho Pedro Simon, para proferir algumas palestras e colaborar na elaboração do programa emedebista. O enorme sucesso das palestras repercutiu entre os principais quadros do partido, e ao longo das eleições de 1974, intelectuais do CEBRAP contribuíram no programa de diversos líderes, dentre os quais cabe destacar os paulistas Orestes Quércia e Ulysses Guimarães. A relação entre o MDB e o presidente do CEBRAP, Fernando Henrique Cardoso, tornou-se cada vez mais estreita a ponto de, em 1978, o sociólogo lançar sua campanha ao senado pela legenda.

Contudo, a participação política que o CEDEC reivindicava por época de sua inauguração procurava seguir outro sentido, como o editorial do primeiro número permite vislumbrar. Para eles, o fim do AI-5 e a greve de 12 de maio de 1978 devem ter significado o real início de uma redemocratização.

2. Crise e Transição.

A proposta de ação política construída na revista se ancora em uma experiência de tempo que deve ser compreendida dentro de uma tradição intelectual que a dá suporte e que

permite aos intelectuais organizados no CEDEC conferirem sentido ao agitado ano de 1978. Experiência esta que não é pouco intensa. Muitos dos intelectuais que colaboraram e editaram a revista, que em seu terceiro número, lançada em agosto de 1979, passaria a se chamar *Revista de Cultura e Política*, tiveram atuação destacada entre os anos de 1978 e 1982, ano em que a revista, já após seu décimo número, inesperadamente deixa de ser publicada.

Alguns exemplos podem ser tirados da própria comissão editorial. Em 1979, Perseu Abramo se torna um dos principais organizadores de uma greve de jornalistas que atinge a *Folha de São Paulo*, jornal onde trabalhava desde 1970. Um ano antes, no primeiro número da revista, o jornalista havia escrito um artigo em que apontava para a existência de um sistema de censura nas redações cuja lógica era paralela a da censura oficial (*Revista de Cultura Contemporânea*, n. 1, 1978: 64). No mesmo ano, se engajaria no movimento que tinha por objetivo fundar um partido dos trabalhadores. Junto com ele, também se engajaram Marilena Chauí, José Álvaro Moisés e o principal expoente do CEDEC, o presidente-diretor Francisco Corrêa Weffort.

Nos três primeiros números da revista, nada menos que quatro artigos sobre o movimento operário e suas relações com a democracia são publicados, além de uma longa entrevista realizada em 1977 com alguns líderes sindicais paulistas. Dentre estes artigos, três são assinados por Francisco Weffort e abrem, respectivamente, os três primeiros números lançados pela revista.

Na verdade, são três partes de um mesmo artigo, intitulado *Democracia e Movimento Operário*, onde o autor, em primeiro lugar, constrói um quadro teórico que relaciona o movimento operário à construção da democracia e, em segundo lugar, pensa como esta relação se deu na República inaugurada em 1946.

João Marcelo Ehlert Maia procura reconstruir em seu artigo (MAIA, 2002) a trajetória acadêmica da *escola paulista*, segundo ele protagonizada por Florestan Fernandes, cujo trabalho criou um campo acadêmico onde se situaram diversos intelectuais dentre os quais seus orientandos, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Também Weffort se situa dentro desta tradição.

A apropriação do conceito de populismo por essa escola exerceu um papel político fundamental, como demonstra João Maia. Fortemente marcada pelo golpe de 1964, essa tradição enxerga o regime de 1946 pelo prisma de um forte desajuste estrutural que impediu uma efetiva modernização e democratização do país. Em face desta defasagem, o Estado se expande sobre o tecido social brasileiro e, portanto, mantém traços de autoritarismo herdados do Estado Novo. Do ponto de vista intelectual, a escola paulista traça fortes críticas ao ISEB,

que passa a ser visto como produtor de uma ideologia dominante, escorada no Estado e dotada de pouco rigor científico (MAIA, 2002: 67-68, 70). Com um uso cada vez maior do marxismo, a alternativa que a escola paulista concebe para si mesma é uma análise de forte teor sociológico, que privilegia, portanto, a análises que apontem para o surgimento de uma sociedade de classes. Cabe frisar dois pontos. Em primeiro lugar, o autoritarismo decorreria do desajuste que marca a sociedade brasileira e, em segundo lugar, seu principal pilar está na forte presença estatal dentro do sindicalismo, o que impediu a formação de uma moderna classe operária.

João Maia mostra ainda como, imerso nesta tradição, Francisco Weffort desenvolve dois pontos que o diferenciam dos demais autores. A crítica velada ao PCB, que desde o período de 1945-46 passou a apoiar Vargas, torna-se ponto central da discussão de Weffort. Isso porque ainda que reconheça a condição estrutural do modelo político populista, o autor considera que existem conjunturas em que a ação e sujeitos políticos tende a ganhar relevância perante o desenrolar da história, de modo que o golpe de 1964 não seria apenas um inevitável colapso de um regime condenado ao fracasso, mas também uma consequência de graves erros políticos nas conjunturas de 1945-46 e de 1954.

Dentre uma variada gama de artigos que compõem a os números da Revista, que buscam, seguindo a tradição inaugurada por Florestan Fernandes e fortalecida no CEBRAP, retratar a realidade brasileira a partir de análises sociológicas estruturais, os artigos de Weffort cumprem uma função especial. Ele procura reconstruir experiências políticas anteriores com o intuito de compreender o lugar de sua atuação política. Logo no primeiro artigo, realiza uma crítica ao tempo histórico faseológico empregado por Guerreiro Ramos, cuja lógica de rupturas exercia um papel político fundamental: *“convinha esquecê-lo [o passado] o mais rápido possível para estabelecer, com a imagem de uma ruptura, um alibi cômodo para novos rearranjos e recomposições entre os grupos dominantes.”* (WEFFORT, Revista de Cultura Contemporânea, n.1, 1979: 9).

Por outro lado, também uma lógica determinista era negada:

“Em outras palavras: a história do que aconteceu é a história do que tinha que acontecer. Visão elitista e autoritária em que o conhecimento da história, entendida como mero espaço para o exercício do poder dos de cima, só vale como justificção ideológica. Vista do ponto de partida ou do ponto de chegada, o que se perde sempre é a dialética de necessidade e liberdade que assinala o percurso da história real.” (WEFFORT, Revista de Cultura Contemporânea, n.1, 1979: 9).

Como afirma o editorial do primeiro número da revista, o objetivo é construir uma visão crítica da realidade brasileira, de seu passado e presente, que procure se desvincular da ótica autoritária que regularmente é responsável pela desarticulação de traços do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. O arcabouço crítico da realidade se ampara em artigos que procuram retratar temas considerados fundamentais ao debate político brasileiro do momento. Contudo, apenas analisada por este prisma, a revista não seria muito diferente do que os *Cadernos CEBRAP*. De fundamental importância são artigos e debates que ocupam lugar de destaque em diversos números da revista e que procuram pensar a conjuntura em que vivem esses intelectuais. Trata-se de uma tentativa de se diferenciar tanto da perspectiva ideológica que marcou o ISEB como de uma perspectiva determinista que contém traços autoritários e conservadores.

É justamente em um desses debates que se insere trecho citado no início do artigo, retirado do debate sobre a *crise política e institucional*. Participaram do debate, além de Francisco Weffort, também Marilena Chauí, Michel Debrun, professor de filosofia política da Unicamp, e Celso Lafer, mediados por Eduardo Kugelmas e Braz Araújo, membros do corpo editorial da revista. Logo nos momentos iniciais, Weffort define a crise em dois planos diferentes. Primeiro:

“Eu diria que há um impasse pelo lado do regime no sentido de que me parece que há um cansaço das Forças Armadas como instituição que assume as responsabilidades do poder, sem necessariamente exercê-lo. [...] Portanto, o regime nem pode se converter plenamente numa ditadura, nem pode proceder com segurança, a uma abertura lenta e gradual.” (WEFFORT, Revista de Cultura Contemporânea, n. 2, 1979: 44).

Neste plano, a crise é conjuntural. Trata-se de um impasse cuja resolução parece ainda não surgir no horizonte. Pouco depois, chega à seguinte conclusão:

“Tudo isto significa que as oposições, não obstante tenham crescido muito, não passam de um horizonte estritamente liberal clássico nas suas propostas. Significa que elas também são frutos da velha crise institucional. Significa que há uma crise das instituições do Estado, na qual as próprias oposições emergem, e à qual não sabem dar resposta, e se comportam como se fosse ainda possível uma alternativa de tipo liberal clássico.” (WEFFORT, Revista de Cultura Contemporânea, n. 2, 1979: 44-45).

A atuação do MDB, portanto, revela um plano da crise que remonta às instituições erguidas na conjuntura dos anos de 1930. Crise esta da qual o populismo e a própria ditadura militar são frutos, ainda que sob bases diferentes. O resultado da crise, entendida neste plano,

é uma permanência de instituições que se erguem autoritariamente sobre a sociedade civil, impedindo a construção de laços de solidariedade que a permita se modernizar efetivamente. Esta crise, na verdade, reflete o velho desajuste social brasileiro cuja conseqüência é um Estado autoritário que sufoca a construção de uma sociedade verdadeiramente moderna e democrática.

No entanto, a crise tem também outro plano, aquele do impasse conjuntural. Um pequeno espaço de tempo se abre e no qual é possível, como o foi no fim do Estado Novo, uma ação que procure se desprender das amarras autoritárias da sociedade brasileira. Nesse momento, é possível uma ação que rompa com a ampla crise institucional que exerce um papel limitador. Uma ação política que crie possibilidades para que a direção histórica brasileira sofra uma verdadeira inflexão, cujo resultado seria um horizonte de democracia inteiramente novo para a sociedade e que deverá romper com o espaço de experiência até então constituído (KOSELLECK, 2006). Uma proposta de ação como essa, cria uma experiência de tempo acelerada, substantivamente diversa de outras experiências que se formam neste mesmo momento. Esta proposta de ação acelerada parece diferenciar o trajeto trilhado por outros intelectuais oriundos da escola paulista do sentido político que orientou a criação do CEDEC.

Bibliografia:

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CRUZ, Sebastião Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'Abertura'*. IN: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (orgs.). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio: Contraponto, 2006.
- LEMOS, Renato. *Fernando Henrique Cardoso*. IN: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª edição revisada. V. 1. Rio de Janeiro: editora FGV; CPDOC, 2001.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *Esquerda e Escola Paulista de Sociologia*. Um itinerário sociológico do conceito de populismo no Brasil. IN: *Teoria & Sociedade*, n. 10, julho-dezembro: UFMG, 2002.
- MARKUN, Paulo. *O Sapo e o Príncipe: personagens, fatos e fábulas do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- MONTEIRO, Maria Carmina; CECHINE, Sinclair. *Francisco Corrêa Weffort*. IN: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª edição revisada. V. 5. Rio de Janeiro: editora FGV; CPDOC, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 8ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Periódicos:

- Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: CEDEC; Paz e Terra: 1978-1979.
- Revista de Cultura Política*. São Paulo: CEDEC; Paz e Terra: 1979-1982.